

DISCURSO NELSON BRASIL

O LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DA ABIFINA

A FORMA COMO FOI PRODUZIDO:

Eu fiz o roteiro contando com o inestimável apoio do Fernando Sandroni sobre o desenvolvimento da indústria química nos anos 70 e 80, e também com a relevante contribuição do Marcos Oliveira na recuperação do ambiente econômico e político industrial que resultou na criação da ABIFINA em 1986, bem como no processo desindustrializante iniciado nos anos 90 e ainda não revertido.

Esse roteiro recebeu 60 contribuições na forma de depoimentos pessoais de líderes empresariais, autoridades públicas e personalidades que, de alguma forma, conviveram com a ABIFINA nessa bela história e, assim, puderam apresentar suas próprias visões sobre o relevante trabalho desenvolvido pela entidade.

Deve ser destacado, outrossim, a importância do levantamento de dados históricos contidos em nossos arquivos, relevante trabalho eficientemente conduzido pela equipe de pessoal administrativo e técnico que compõe o quadro funcional da ABIFINA.

E finalmente, mas não menos importante, louve-se o trabalho realizado pela Natalia, jornalista que deu forma a esse conteúdo, a Luana que fez a revisão, e a Claudia, Luciana e Lucielen, nossa equipe que contratou e acompanhou a revisão de todo o projeto gráfico e sua impressão.

DESTAQUES QUANTO AO CONTEÚDO DO LIVRO

1. Anos 80:

No indispensável registro do ambiente macroeconômico que existia nesse período, obtivemos relevantes contribuições do Marcos Oliveira, Dante Alario, Fernando Sandroni e das sábias palavras do meu inesquecível amigo que nos deixou, o Athayde.

Nesse contexto surgiu o Correia que, com sua ousadia e inteligência, conseguiu reunir empresários que lutavam isoladamente nesse cenário, criando-se assim a ABIFINA em 1986. Em sua gestão liderou relevantes missões destinadas a contribuir para a Constituição de 1988, bem como realizar importantes seminários – os Quimifinas – destinados a tratar dos problemas da química fina, dos quais participaram autoridades públicas de primeira linha.

Em 1989 a ABIFINA participou de uma missão empresarial criada pela CNI visando atender a um convite do Embaixador Rubens Ricúpero, para debater em Genebra com as missões governamentais dos principais países que faziam parte desse evento. Os temas propostos na Rodada do Uruguai do GATT, que culminou com a criação da OMC. A ABIFINA teve presença ativa nos debates envolvendo o sistema tarifário e barreiras ao livre comércio, compras governamentais, investimentos e propriedade intelectual. Acompanhamos a posição do governo brasileiro de rejeição aos acordos sobre compras governamentais e investimentos, e acompanhamos os preceitos básicos que viriam a ser aprovados pelo Relatório Dunkell e compõem o que hoje conhecemos como acordo TRIPs.

2. Anos 90 a 95:

A ABIFINA atuou fortemente na atualização do Código de Propriedade Industrial brasileiro visando adequá-lo aos preceitos contidos em TRIPs e, nesse sentido, tivemos nossa proposta encampada pelo então deputado Luiz Henrique, que a transformou em PL que foi aprovado por unanimidade da Câmara de Deputados em 1993, no governo Itamar Franco. Infelizmente devido a fortes pressões externas, nosso PL foi transformado no Senado Federal, já na gestão FHC, pela introdução de cláusulas TRIPs Plus, ou seja, que não constavam do acordo assinado pelo Brasil em Genebra e que somente interessavam aos países desenvolvidos, como EUA.

3. Anos 95 a 2002:

Os Estados Unidos, embora tendo assinado o acordo TRIPs, não se conformavam pelo fato de não terem sido aceitas nesse acordo algumas de suas propostas – conhecidas como TRIPs Plus – que, no entender dos países menos desenvolvidos impediriam ou dificultariam enormemente seus processos de desenvolvimento econômico e social.

Não obtendo o que queriam no acordo multilateral, decidiram os EUA a propor e realizar acordos bilaterais de comércio exterior com reduzido número de países com baixo desenvolvimento econômico, para neles incluírem as mencionadas cláusulas TRIPs Plus. E foi com esse intuito predominante que tentaram construir o Acordo de Livre Comércio na América (ALCA).

Assim sendo, de 1995 a 2002, foram realizadas reuniões em diversos países para debater os temas constantes dessa pauta pretendida pelos Estados Unidos. De todas as reuniões havidas nesse cenário a Confederação Nacional da Indústria (CNI) participou, sendo a ABIFINA a porta-voz da CNI no tratado do tema propriedade intelectual, sempre rejeitando a inclusão de cláusulas tipo TRIPs Plus, conforme lembram os nossos amigos José Augusto e Sandra Rios – quando esta atuava na CNI.

4. Anos 2003 a 2010:

A aprovação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), aprovada em 2005, resultou de intenso trabalho desenvolvido pelo governo federal, retomando-se o uso de políticas industriais, que haviam sido extintas na década anterior. A PITCE foi construída em um grupo de trabalho governamental, do qual participavam associações empresariais – inclusive a ABIFINA, formadores de opinião, organizações sociais e academia. É uma pena que a PITCE não tenha sido transformada em um Projeto de Estado, de longo prazo de duração, como o fizeram com enorme sucesso o Japão, Coréia, China e Indonésia, apenas para ilustrar.

Em 2006 a ABIFINA apoiou efetivamente iniciativa pioneira do Eduardo Costa que decidiu contratar indústrias locais para a fabricação de insumos básicos para a produção de medicamentos por Farmanguinhos, contrariando assim o entendimento público que deveria ocorrer licitações internacionais para tais aquisições, assim interpretando a Lei de Licitações desde 1992. A corajosa iniciativa desse “guerreiro farroupilha” foi aprovada pelos tribunais e hoje constitui prática disciplinada em portarias, decretos e inclusive novas leis.

Em 2007 o então ministro Temporão, contando com o apoio de Reinaldo Guimarães, fizeram a licitação compulsória de um medicamento patenteado no Brasil e que praticava preços abusivos. Contando com o apoio de Eduardo Costa e ABIFINA, ouvido o Ministério da Saúde, foi construída uma parceria entre três empresas nacionais para fabricar localmente esse produto, que se tornou um sucesso nacional.

A partir daí o ministro Temporão desenvolveu um sistema de parcerias público-privadas, em política denominada Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Complexo Industrial da Saúde (CIS), que vem sendo usado até hoje.

Destaco também que em 2009, a Anvisa constituiu um grupo de trabalho composto por um técnico do Órgão (Norberto Rech) e representantes da ABIFINA e da Fiocruz (Jorge Costa), daí surgindo a primeira resolução da Anvisa tornando obrigatório o registro de IFAs no país, segundo listas que priorizavam interesses da saúde pública.

5.0 FUTURO DA ABIFINA:

Com a experiência adquirida ao longo desses 30 anos de existência, a ABIFINA, contando com uma competente e dedicada equipe de profissionais e consultores especializados, além de dar continuidade aos seus trabalhos nas áreas em que vem atuando – propriedade intelectual, comércio exterior e sistema regulatório para as áreas farmoquímica, farmacêutica, defensivos agrícolas, biotecnologia, catalisadores, aditivos e insumos químicos com valor estratégico ao país, passará a dar maior atenção aos seus associados através de cursos e oficinas *in home* para melhor capacitação do quadro de pessoal das empresas associadas.

6. AGRADECIMENTO FINAL

Inicialmente desejo saudar nosso presidente Ogari Pacheco, pessoa sempre presente em nossas reuniões mesmo antes exercer ações de comando na entidade. Seu apoio e confiança sempre em nós depositados é a mais importante razão de termos alcançado grandes conquistas nos últimos anos, apesar da crise política e econômica que atravessamos.

E, para finalizar, desejo expressar meu agradecimento ao Reinaldo Guimarães, meu companheiro na vice-presidência da ABIFINA, profissional com larga vivência pública, no governo e academia, e que se tem revelado um forte aliado e líder, por ter absorvido integralmente a visão e os objetivos da entidade.